

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 03/2014**

Período: 15/02/2014 – 21/02/2014

GEDES – Brasil

- 1- Utilização do Exército como força policial na Bahia
- 2- Segurança na Copa do Mundo de 2014 I: uso do Exército em operações de garantia da lei e da ordem
- 3- Segurança na Copa do Mundo de 2014 II: Forças Armadas atuarão em pontos estratégicos
- 4- Forças Armadas e Polícia Federal disputam verba destinada a grandes eventos
- 5- Lançamentos e novas edições de livros abordam o tema da tomada de poder de 1964
- 6- Ex-ministro do Superior Tribunal Militar defendeu anistia como forma de reconciliação
- 7- Agentes do regime militar foram acusados por atentado no Rio de Janeiro em 1981
- 8- Comissão Nacional da Verdade cobra o envolvimento direto das Forças Armadas e do Ministério da Defesa nas investigações de crimes no regime militar
- 9- Colunas opinativas analisam cinquentenário da tomada de poder em 1964
- 10- Argentina investiga morte do ex-presidente João Goulart

1- Utilização do Exército como força policial na Bahia

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, um decreto visando a utilização do Exército em tarefas policiais no sul do estado da Bahia foi assinado no dia 14/02/14 e tem duração prevista de 30 dias. A medida foi tomada após o acirramento do conflito entre indígenas e produtores rurais pela posse de terras na região dos municípios de Ilhéus, Una e Buerarema. A ação é amparada pelo decreto da presidenta da República, Dilma Rousseff, que autoriza o acionamento do instrumento constitucional da Garantia de Lei e Ordem (GLO), concedendo poder de polícia às Forças Armadas em situações excepcionais. Segundo o jornal, soldados do Exército irão patrulhar e terão poder para prender suspeitos em flagrante. A operação contará com um contingente de 524 militares, 90 veículos, um avião e um helicóptero. (*Folha de S. Paulo – Poder – 15/02/14*)

2- Segurança na Copa do Mundo de 2014 I: uso do Exército em operações de garantia da lei e da ordem

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, entre os debates suscitados no contexto da preparação do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 está o que se refere à utilização do Exército como força policial. Em coluna opinativa para o jornal, Luís Francisco de Carvalho Filho avaliou que a revisão do manual do Ministério da Defesa para a “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO) deve ser entendida dentro do esforço de conter manifestações sociais que possam surgir nas ruas do Brasil. Tal documento passou a tratar “forças oponentes” como “agentes da perturbação da ordem pública” e, segundo o ministro da Defesa, Celso Amorim, objetiva instruir os militares que atuam na “ponta da linha”, ou

seja, aqueles que são mobilizados para as ações de GLO. Outra problemática levantada por Carvalho Filho diz respeito ao processo que tramita no Supremo Tribunal Federal, a pedido do procurador geral da República, o qual requer que o órgão declare inconstitucionais os artigos que asseguram que crimes praticados por militares contra civis no âmbito de operações de GLO sejam julgados pela Justiça Militar. Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* informaram que a presidenta da República, Dilma Rousseff, declarou em entrevista a emissoras de rádio do estado de Alagoas, no dia 19/02/14, que o governo federal está em sintonia com os governos estaduais no sentido de “atuar de forma conjunta e padronizada” para garantir a segurança durante a Copa do Mundo de 2014. Segundo Rousseff, todos os órgãos de segurança pública do governo federal estão prontos para agir de acordo com suas competências e, além disso, as Forças Armadas serão empregadas se – e quando - necessário. De acordo com a *Folha*, a Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo afirmou em nota que não foi cogitado o uso das Forças Armadas para conter “atos de vandalismo” em nenhuma das reuniões realizadas a partir de outubro de 2013 com secretários de segurança pública de outros estados. A *Folha* informou que em reunião ocorrida em Florianópolis, estado de Santa Catarina, os governos estaduais e federal detalharam para os representantes das 32 delegações que disputarão a Copa a forma em que o Exército, a Polícia Federal, as Polícias Civil e Militar e os órgãos de inteligência se integrarão para garantir a segurança das delegações e dos turistas durante o evento. Segundo coluna opinativa do jornalista Marco Antônio Martins para a *Folha*, a possibilidade do emprego das Forças Armadas em casos emergenciais é o sinal que a presidenta da República quer passar à Federação Internacional de Futebol (FIFA) e aos patrocinadores da Copa do Mundo de que a segurança está garantida. De acordo com Martins, o Exército tem adquirido, desde 2013, escudos, capacetes e armas não-letais, distribuídos para as unidades das cidades-sede do evento. Além disso, mais de mil militares – incluindo recrutas - já foram treinados para agir em manifestações. Segundo o jornalista, o comandante do Exército, Enzo Peri, determinou que, até o dia 27/05/14, todos os batalhões das cidades-sede enviem relatórios informando que estão prontos para a Copa e os militares lotados nessas unidades receberam um comunicado de cancelamento de férias durante o evento. (Correio Braziliense – 20/02/14; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/02/14; Folha de S. Paulo – Esporte – 18/02/14; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/02/14; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/02/14)

3- Segurança na Copa do Mundo de 2014 II: Forças Armadas atuarão em pontos estratégicos

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o plano de segurança da Copa do Mundo de 2014 foi dividido em duas partes: segurança pública e defesa. A segurança pública será função das Polícias Cíveis e Militares dos estados, da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança, enquanto a parte da defesa ficará a cargo das Forças Armadas, que se responsabilizarão por pontos estratégicos, como centrais de energia e torres de transmissão. Segundo o jornal, os militares não serão vistos em locais públicos, como ruas, estádios, portos e aeroportos. Cerca de 57 mil homens das Forças Armadas atuarão na área de defesa. Além disso, 20 navios e 60 pequenas embarcações da Marinha farão o patrulhamento do

litoral e dos rios das cidades-sede. Na proteção do espaço aéreo atuarão 10 aeronaves e um número indefinido de helicópteros em cada cidade-sede, além de *drones* na vigilância dos estádios durante os jogos. De acordo com *O Estado* e a *Folha de S. Paulo*, 21 mil militares aguardarão nos quartéis como “força de contingência”, podendo ser acionados, por exemplo, no caso de ocorrência de manifestações. Ainda segundo *O Estado*, as ações das Forças Armadas para a Copa iniciam-se no mês de maio com a chamada Operação Ágata nas fronteiras. A operação será realizada em conjunto com Polícia Federal e Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e contará com cerca de 20 mil homens das Forças Armadas que aumentarão o controle das fronteiras por 20 dias com o objetivo de dificultar a passagem de armas, munições, drogas, químicos e outros produtos que podem ser usados por criminosos comuns, pelo crime organizado ou até por terroristas. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/02/14; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/02/14*)

4- Forças Armadas e Polícia Federal disputam verba destinada a grandes eventos

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Secretaria de Segurança de Grandes Eventos (Sesge) enfrenta o desafio de conciliar a disputa pela verba destinada a grandes eventos, travada entre o Exército e a Polícia Federal (PF) desde os Jogos Panamericanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro. A disputa se acirrou quando a presidenta da República, Dilma Rousseff, anunciou, em 2012, que iria repassar a maior parte do poder e da verba ao Ministério da Defesa, devido à greve realizada à época pela PF. Segundo o *Correio*, a PF se sente injustiçada pelos repasses destinados, sobretudo, aos projetos de defesa cibernética e combate ao terrorismo. O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Marcos Leôncio Ribeiro, afirmou que a disputa existe porque “grandes eventos são vistos pelas instituições como uma grande oportunidade para se modernizar” e reclamou que as Forças Armadas recebem a maior parte dos recursos somente para se manterem preparadas caso surja algum problema. O *Correio* ressaltou que, embora o discurso oficial seja de trabalho em sintonia, a questão de qual órgão deve comandar cria tensão nas missões executadas em conjunto. (*Correio Braziliense – 17/02/14*)

5- Lançamentos e novas edições de livros abordam o tema da tomada de poder de 1964

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 31/03/14 será completado o cinquentenário da tomada do poder pelos militares. Devido à data, editoras têm colocado no mercado novos estudos e edições de livros revisadas sobre o assunto, entre elas a do jornalista Elio Gaspari, que lançará versões repaginadas e com material eletrônico de seus quatro livros sobre o regime militar (1964-1985). Gaspari contou com pesquisa nos arquivos do ex-ministro chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, e do secretário particular do ex-presidente da República Ernesto Geisel, Heitor Aquino Ferreira, e pela primeira vez divulgará na íntegra alguns dos documentos. A revisão dos livros de Gaspari conta ainda com a incorporação de informações que surgiram após a publicação original, como a gravação que aponta o envolvimento do ex-presidente dos Estados Unidos da América, John Kennedy, na tomada do poder pelos militares, e atas

de reuniões que mostram que o ex-presidente Costa e Silva havia rejeitado a imposição de estado de sítio no país em 1968. Outro lançamento refere-se ao livro de Carlos Chagas acerca da política interna do governo militar. A obra “A ditadura militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969” aborda “as sabotagens internas, as manobras desleais, as traições” dentro da ala militar. Chagas foi secretário de Imprensa da Presidência a convite do ex-presidente Costa e Silva. Um exemplo de tais sabotagens internas foi a decisão de não entregar o poder ao vice de Costa e Silva, Pedro Aleixo, após o afastamento de Silva do poder. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 15/02/14)

6- Ex-ministro do Superior Tribunal Militar defendeu anistia como forma de reconciliação

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, Flavio Flores da Cunha Bierrenbach, ministro aposentado do Superior Tribunal Militar e ex-procurador do estado de São Paulo, defendeu a anistia como forma de reconciliação. O ex-ministro debateu acerca da divisão de opiniões sobre os acontecimentos políticos-militares de 1964 e afirmou que o objetivo essencial das Comissões da Verdade em países que superaram ditaduras seria a reconciliação, a qual exigiria o estabelecimento de um projeto de convivência e o conhecimento da história, a fim de não repeti-la. No Brasil, no entanto, a Comissão Nacional da Verdade teve seu tempo prorrogado e foi acusada de parcialidade ao expor casos de perseguição política e penal. Para Bierrenbach, a Marinha, o Exército e a Força Aérea, instituições permanentes e regulares, não torturaram ninguém, pois “quem torturou foi a ditadura”. O ex-procurador destacou que os agentes da ditadura, fossem eles civis ou militares, foram criminosos comuns. (Folha de S. Paulo – Opinião – 18/02/14)

7- Agentes do regime militar foram acusados por atentado no Rio de Janeiro em 1981

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, seis agentes do regime militar (1964-1985) foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) por suspeita de participação no atentado do Riocentro em 1981, na cidade do Rio de Janeiro. Dentre os suspeitos estão: os generais reformados Nilton Cerqueira, Newton Cruz e Edson de Sá Rocha; o major reformado Divany Carvalho Barros; o coronel reformado Wilson Machado e o ex-delegado Cláudio Guerra. Segundo o jornal, procuradores disseram ter localizado provas que justificariam a abertura de uma ação penal, sendo esta a terceira investigação do caso. De acordo com a *Folha*, o atentado teria sido uma tentativa de culpar grupos de esquerda pelo tumulto causado em um show que reuniu mais de 20 mil pessoas no Rio, a fim de pressionar o regime militar a abortar o processo de abertura política. O plano não funcionou e uma bomba explodiu no colo do sargento Guilherme do Rosário. Segundo os procuradores, Cruz admitiu saber previamente do atentado. O MPF pede que os acusados sejam condenados a penas de ao menos 36 anos de prisão. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o MPF no Rio de Janeiro solicitou que a Justiça Federal cobre do Exército as informações sobre as fichas funcionais dos oficiais investigados e, se houver recusa, que emita um mandato de busca e apreensão para a obtenção de tais documentos. Os procuradores criticam o Exército por sua “recusa sistemática” no fornecimento das informações

requisitadas. O MPF também pediu que o Superior Tribunal Militar disponibilize na íntegra os dois Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que apuraram o caso, em 1981 e em 1999. *O Estado* informou que a “Justiça poderá aceitar ou rejeitar a acusação formal ou pedir mais informações aos procuradores”. (Folha de S. Paulo – Poder – 18/02/14; O Estado de S. Paulo – Política – 19/02/14)

8- Comissão Nacional da Verdade cobra o envolvimento direto das Forças Armadas e do Ministério da Defesa nas investigações de crimes no regime militar

De acordo com os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) cobrou do Ministério da Defesa, através de um requerimento entregue ao ministro Celso Amorim, a investigação de possíveis irregularidades na utilização de sete prédios públicos onde funcionavam instituições militares na época do regime militar (1964-1985). A CNV questiona a destinação original e a alocação de recursos dos prédios localizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. A Comissão exige a abertura de sindicâncias internas para punir administrativamente os envolvidos que transformaram tais prédios em centros organizados de tortura. De acordo com a *Folha*, as instalações investigadas são os Destacamentos de Operações de Informações do Exército do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Recife; a 1ª Companhia da Polícia do Exército da Vila Militar, no Rio; o Quartel do 12º Regimento de Infantaria do Exército, em Belo Horizonte, Minas Gerais; a Base Aérea da Ilha das Flores e a Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro. Conforme o colegiado, não há casos semelhantes na América Latina, pois era comum o aluguel de casas para a prática da tortura. Segundo o coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, no Brasil estabeleceu-se uma rotina administrativamente organizada desses crimes nos prédios públicos e as Forças Armadas têm o dever de investigar, não só a irregularidade na utilização deste imóveis como também os assassinatos e casos de tortura. Como houve uma recusa sistemática dos militares em abrir arquivos e suas unidades, os membros da CNV recordaram aos militares que, pela Lei 12.528, de 2011, eles são obrigados a aceitar parcerias para apurar as violações. Para o conselheiro José Carlos Dias, as Forças Armadas tem a obrigação não só do fornecimento de informações, como do auxílio direto nas investigações. (Folha de S. Paulo – Poder – 19/02/14; O Estado de S. Paulo – Política – 19/02/14)

9- Colunas opinativas analisam cinquentenário da tomada de poder em 1964

O periódico *O Estado de S. Paulo* publicou, no dia 19/02/14, duas colunas opinativas que versam sobre o cinquentenário da tomada do poder pelos militares, em 1964. Marco Antonio Villa, professor de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), relembrou o cenário político, econômico e social do Brasil às vésperas do golpe. Para o historiador, a ascensão dos militares em 1964 trouxe consigo o autoritarismo e a negação da democracia, fenômenos que rondavam o país há muitos anos: “tanto os setores conservadores como os chamados progressistas transformaram a democracia num obstáculo à solução dos graves problemas nacionais, especialmente nos momentos de crise política. Como se a ampla discussão dos problemas fosse um entrave à ação”. Para Villa, o foco do debate atual deveria estar nos

sindicatos, no movimento estudantil e nos apoiadores intelectuais e da Igreja, não na luta armada – que, para ele, não passou de ações isoladas e sem apoio popular. O professor encerrou a coluna afirmando que “temos de refutar as versões falaciosas. Romper o círculo de ferro construído, ainda em 1964, pelos adversários da democracia, tanto à esquerda como à direita”. Sobre o mesmo tema, o ex-general-Chefe do Estado-Maior de Defesa, general Rômulo Bini Pereira, afirmou que as instaurações das Comissões da Verdade visam “levantar em fatos que vão repercutir na opinião pública com uma visão num só sentido”, denegrindo o fato histórico. O general fez um balanço negativo quanto aos cinco governos civis no pós-regime militar, alegando que “os três Poderes da República, base de todo regime democrático, vivem hoje momentos sensíveis e preocupantes”. Para Pereira, as Forças Armadas são a instituição de maior credibilidade no Brasil, devido a sua eficiência, responsabilidade e, sobretudo, “aos valores morais que são cultivados em todos os seus escalões”. O general finalizou a coluna alegando que a “Revolução Democrática de 1964” jamais será esquecida e será sempre uma “árvore boa”. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 19/02/14)

10- Argentina investiga morte do ex-presidente João Goulart

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, mediante pedido do Ministério Público, a Justiça argentina incluirá o caso da morte do ex-presidente brasileiro João Goulart entre os temas de uma investigação em andamento sobre a Operação Condor. Outros casos de desaparecimento e perseguição de brasileiros naquele país serão abordados. Jango faleceu na Argentina em 1976. (Folha de S. Paulo – Poder – 21/02/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais);
Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestrand)

em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais).